



## SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

### Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 43/2016

Brasília, 5 de setembro de 2016.

Assunto: Subsídios para análise da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 744, de 1º de setembro de 2016, que “Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC”.

Interessado: Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre a referida Medida Provisória.

## 1 Introdução

A presente nota técnica atende à determinação constante do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002-CN, que estabelece:

*“Art. 19. O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator da Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória”.*

De acordo com o art. 62, § 9º, a Constituição Federal determina que caberá a uma comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessões separadas, pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.



## SENADO FEDERAL

### Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

Ademais, esta nota técnica deve atender ao disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que prescreve os requisitos a serem abordados quando do exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira: *“análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”*.

Para a apreciação da medida provisória em questão compete a esta Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle elaborar a respectiva nota técnica acerca de sua adequação orçamentária e financeira.

## 2 Síntese da Medida Provisória

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República em exercício Rodrigo Maia submeteu ao Congresso Nacional, com esteio no art. 62 da Constituição Federal, a Medida Provisória nº 744, de 1º de setembro de 2016, que *“Altera a Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.”*

Em síntese, a MPV em análise altera a Lei 11.652/2008 nos seguintes aspectos:

- Alteração da vinculação da EBC, agora vinculada à Casa Civil da Presidência da República;
- Extinção do Conselho Curador (22 membros), órgão de natureza consultiva e deliberativa;



## SENADO FEDERAL

### Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

- Ampliação de dois membros na composição do Conselho de Administração;
- Redução de dois membros do número máximo de membros da diretoria-executiva.
- Definição do mandato do Diretor-Presidente da EBC como impróprio;
- Ajustes formais decorrentes das alterações efetuadas na estrutura da Presidência da República e outras alterações de redação legislativa.

### **3 Análise da adequação financeira e orçamentária da medida provisória**

A estimativa de impacto fiscal das proposições que aumentem gastos públicos decorre de exigência legal. O art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000) exige que a criação, a expansão e o aperfeiçoamento de ação governamental com aumento da despesa sejam acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes.

Pelo § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, o exame de compatibilidade orçamentária e financeira das MPs abrange a análise da repercussão das medidas versadas na proposição, sobre receita e despesa da União e do atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a LRF e as leis de planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentárias da União.

O art. 113 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015) reforça as determinações da LRF e da Resolução nº 1, de 2002-CN, e exige “o detalhamento da memória de cálculo respectiva e correspondente





## SENADO FEDERAL

### Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria”.

A matéria tratada na Medida Provisória, ainda que não seja seu objetivo principal, ocasiona redução de despesa para a EBC, pois extingue o Conselho Curador e reduz o quadro da Diretoria-executiva, apesar de acrescentar dois membros ao Conselho de Administração.

Isso se verifica porque a remuneração máxima dos membros do Conselho de Administração não pode exceder dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, conforme art. 14, § 12, do Decreto 6.689, de 11 de dezembro de 2008 (que aprova o Estatuto Social da EBC). Ou seja, a economia gerada pela extinção das remunerações dos 22 cargos do Conselho Curador (conforme art. 16 da Lei 11.652/2008, dez por cento da remuneração mensal percebida pelo Diretor-Presidente) e dos dois cargos de diretor da Diretoria-Executiva superam com folga o aumento de gasto causado pela criação de mais dois cargos no Conselho de Administração.

**Dessa forma, uma vez que não há renúncia de receita ou aumento de despesa decorrente da MP, pode-se concluir que estão cumpridos os requisitos normativos citados nos parágrafos anteriores.**

Por fim, é pertinente notar que, constitucionalmente, a adoção de medidas provisórias deve ter lugar apenas para atender a situações urgentes e relevantes e que não possam ser prontamente atendidas pela via legislativa ordinária. Esse aspecto, entretanto, não comporta discussão nesta oportunidade, haja vista que a competência da Nota Técnica de Adequação, tal como estabelecida de forma taxativa pela Resolução nº 1, de 2002-CN, é única e exclusivamente aferir a conformação dos



## SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

termos da Medida Provisória às disposições constitucionais e legais que tratam das matérias orçamentário-financeiras.

### 4 Conclusão

Pelo exposto, por não proporcionar expectativa de redução de receita ou aumento de despesa, o impacto orçamentário e financeiro da referida Medida Provisória não afetará negativamente a execução orçamentária do presente exercício e dos seguintes, nem a meta de resultado primário estabelecida na LDO 2016. Pelo contrário, o que se observa é uma expectativa de impacto positivo para a referida meta.

Portanto, pode-se afirmar que:

1) do ponto de vista orçamentário e financeiro, a MPV nº 744/2016 não fere o ordenamento jurídico pátrio em vigor;

2) quanto às repercussões sobre a receita e a despesa da União e a observância da lei orçamentária anual, as providências contidas na Medida Provisória não causam impacto negativo à meta de superávit primário do exercício.

São esses os subsídios que consideramos mais relevantes para a apreciação da Medida Provisória nº 744, de 1º de setembro de 2016, quanto à adequação orçamentária e financeira.

**Flávio Diogo Luz**

Consultor Legislativo – Assessoramento em Orçamentos